

As esquinas perigosas da história

Valério Arcary
São Paulo, Editora Xamã, 2004, 240p.

JORGE GRESPAN*

“O que fazer?” Esta pergunta, proposta pelo menos duas vezes na história do socialismo, bem poderia figurar no ponto de partida também do livro de Valério Arcary, *As esquinas perigosas da História*. O tema central é ainda a forma e a viabilidade de uma revolução socialista nos dias de hoje, algo que parece soar antiquado, extemporâneo. Mas a questão já soava assim quando Lênin a propôs há mais ou menos cem anos: uma revolução não poderia mais ser feita, e nem sequer definida, nos mesmos termos em que o fora nos tempos de Marx; era preciso repensar seu próprio conceito, nas novas condições do capitalismo monopolista e financeirizado do início do século XX e de uma sociedade cujos mecanismos ideológicos haviam se desenvolvido a ponto de influir como nunca antes na consciência de classe.

Esta foi a tarefa que Lênin procurou resolver, primeiro teoricamente, depois na prática. Ela se impõe mais uma vez atualmente, ao contrário do que se costuma ouvir, e o livro de Valério Arcary apresenta sua contribuição para discuti-la e resolvê-la. Pode não se concordar com ele, mas é importante lê-lo.

Em primeiro lugar, a própria idéia de recolocar o tema da revolução no centro do debate é mais do que ousada, é decisiva para mudar radicalmente o quadro de pensamento presente e sair do atoleiro teórico e prático do fim do século. Em vez de considerar “normais” revoluções políticas como a de fevereiro de 1917 na Rússia, e “excepcionais” as revoluções sociais, como a de outubro de 1917, Valério Arcary procura entender o jogo e a eficácia das poderosas forças contra-revolucionárias que impe-

* Professor do Departamento de História da USP

diram o avanço das revoluções de uma etapa para outra. Trata-se de evitar, antes de tudo, a ênfase excessiva nas condições “objetivas” que teriam tornado inúteis os esforços revolucionários, excepcionais os casos em que estes até certo ponto frutificaram, e impraticável tentar repeti-los em nossa época. Pois é esta atitude “realista”, em que os entraves objetivos ganham peso excessivo e unilateral, que levou e leva ao abandono de projetos políticos socialmente transformadores, no bojo do chamado “fim das utopias”. Um dos pontos fortes do livro de Arcary, portanto, é a recusa de semelhante “objetivismo” e a crítica das visões deterministas, às vezes fatalistas e catastrofistas, que proliferam no marxismo e que dificultam a disposição para o agir.

Ao analisar vários processos revolucionários do século XX – o “mais revolucionário da História”, conforme o título do capítulo 5, que inverte as percepções correntes –, o autor constata os obstáculos, não menores que os atuais, encontrados pelos que defendiam transformações sociais profundas e radicais, em face da reação dos satisfeitos com pequenos avanços de caráter político, geralmente aliados aos partidários dos antigos regimes que eles haviam inicialmente combatido. Quase sempre tais obstáculos pareciam intransponíveis aos contemporâneos, e muitos desistiram diante deles, contentando-se também com um programa mínimo ou com uma política aparentemente gradualista.

É possível mesmo, como faz Valério Arcary, enfocar boa parte da história do marxismo pelo prisma das controvérsias surgidas na avaliação das oportunidades de intervenção política e de ação revolucionária. No curso de tais controvérsias estavam em jogo justamente análises de situação, cujo caráter dependia de como a situação vivida era inserida em contextos temporais mais amplos, em que os fatores ditos objetivos passavam a preponderar sobre os ditos subjetivos, de maior peso em prazos mais curtos. Aqui é que surge a malfadada atitude “realista”, valorizando exageradamente as escalas de tempo mais longas – as épocas, por oposição às etapas e situações –, onde as condições sociais parecem sempre adversas a uma ação mais radical. No embate destas posições era crucial, dessa forma, a referência temporal apreendida pelo esquema dos prazos e durações que vai do mais amplo, a época, ao mais curto, a situação. É neste patamar, por isso, que se situa também a discussão do livro em questão.

Mas ao contrário da tradição, para a qual tais marcos temporais se diferenciavam muito nitidamente, aqui elas se interpenetram e determinam reciprocamente, formando um emaranhado que dificulta o diagnóstico e o prognóstico prático. As distintas causalidades, dominantes em cada escala de tempo, tanto se reforçam como se anulam parcial e mutuamente, negando-se e invertendo-se. Assim se configuram as “esquinas perigosas da história”, onde espera

o imprevisto, onde as decisões são inevitáveis. E está aqui também um segundo ponto forte do livro, que apresenta o problema em toda a sua complexidade ao formular a hipótese da “inversão das causalidades na crise revolucionária”. No instante da crise, em que se precipitam as condições e todas as causalidades confluem e se atropelam, ocorre uma verdadeira inversão da ordem temporal que até então ia do prazo mais longo ao mais curto: os fatores objetivos cedem espaço para os mais subjetivos de todos – o vanguardismo, o sentido do momento, a liderança.

A análise é interessante e oportuna. Colocar-se no ponto de inflexão da crise, no entanto, pode também comportar seus riscos, especialmente o de enfatizar demais o extremo oposto ao do “objetivismo”. Muitas vezes, sem dúvida, o autor adverte contra este perigo, acompanhando as críticas de Lênin ao subjetivismo na forma do “voluntarismo” e do “esquerdismo”. Mas o problema é outro. Há uma certa desconsideração por “fatores objetivos” que são abordados de passagem, e dos quais seria indispensável tratar mais detidamente: quem é o sujeito revolucionário hoje? Por que mudanças passou a classe trabalhadora em função das novas condições de trabalho, isto é, num tempo em que se chegou a proclamar o fim do trabalho? Quais os atuais mecanismos ideológicos que propiciam a adesão desta classe ao sistema, num sentimento de falsa pertença que impede sua luta de avançar até mais do que um certo ponto?

É definindo as condições da nova “objetividade” imperante que se pode estabelecer as da subjetividade que lhe corresponde, pois ambos aspectos determinam um ao outro. Este é, aliás, um problema subjacente à análise das *Esquinas perigosas*. Ela supõe uma distinção nítida demais entre os dois aspectos, freqüentemente chamados, não por acaso, de “fatores” e definidos conforme uma citação endossada de Isaac Deutscher – o subjetivo, a “mente das massas”, e o objetivo, a “estrutura social”. Valério Arcary se apressa a declarar seu desacordo com a afirmação unilateral de qualquer um dos dois sobre o outro, e que para ele há uma “articulação dos fatores”. Mas apesar da sua já mencionada discussão das temporalidades, que é simultaneamente a dos “fatores”, estes são ainda analiticamente separados; é esta separação que está na base de toda a argumentação do livro, que não busca de fato a sua “articulação”, quanto mais a dialética da mútua determinação mediante a mútua negação de cada um pelo outro.

Mas seria essencial procurar uma resposta para o dilema da revolução hoje através de conceitos que rompessem com estes quadros tradicionais de pensamento, com categorias como sujeito e objeto, relacionadas às condições históricas do século XIX e do começo do XX. O esforço do presente livro fica em parte comprometido por equacionar a sua questão em moldes demasiado tradicionais, pouco ultrapassando o horizonte das controvérsias a que se repor-

ta. Ele é assim perpassado por uma concepção de ciência decorrente destas distinções rígidas e marcada por um metodologismo que o século XX se encarregou de discutir e superar: os conceitos temporais são apresentados como “noções instrumentais”, a mudança social tem “mecanismos” internos, as “certezas” são “fatores morais” necessários “para elevar o estado de ânimo”. Por fim, a avaliação da situação revolucionária passa pela mensuração do “fator subjetivo” como se ele fosse “objetivo”, ou coisa social, buscando-se “o grau de exasperação dos trabalhadores”, o “nível de atividades sindical e política”, o “grau de consciência de classe” e, daí, “em que medida” é possível a inversão das forças sociais.

Daí que, por outro lado, e apesar de toda a recusa do “objetivismo”, ele recorra tantas vezes a metáforas naturalistas. Daí que ele reflita insuficientemente sobre a relação entre possibilidade e necessidade, recaindo de súbito e sem perceber nas armadilhas de uma linguagem determinista, como quando diz que a contra-revolução é “inapelável” em seguida de asseverar que “as possibilidades estão sempre em aberto”; ou como na afirmação de que “tivesse escolha, o governo Lula seria um governo de reformas e não de contra-reformas reacionárias”. Se o atual governo não teve escolha, é porque teria sido pressionado por necessidades tão categóricas quanto “objetivas”. Seguindo o argumento das *Esquinas perigosas*, porém, seria lógico concluir o contrário e bus-

car o espaço limitado mas efetivo de liberdade de ação dos agentes políticos.

De qualquer modo, esta é a conclusão principal que fica da sua leitura, apesar das dificuldades apontadas. O jogo das tendências e contra-tendências resulta numa indeterminação relativa que abre o espaço para a intervenção transformadora da sociedade, e neste momento se interpenetram e invertem as escalas do tempo e da causalidade. É enorme a riqueza de tal raciocínio e as potencialidades por ele descortinadas para aquela que é talvez a principal tarefa do presente, repensar a revolução na contracorrente de todos os conformismos e “realismos” pragmáticos.